

Más notícias

Continuismo à vista no Congresso Nacional

O poder das milícias

**Rompimento da barragem
causa mortes em Brumadinho**

Suspeita de fraude na eleição do Senado

Feminicídio na Asa Norte

De todos os acontecimentos retumbantes que nos causaram grande comoção e muita indignação nos últimos dias, com certeza, o que mais nos decepcionou foi a prisão dos ex-diretores do BRB – Banco de Brasília S.A..

O Jornal Correio Braziliense, em sua edição de 31/01/2019, nos surpreendeu com a notícia de que uma investigação do Ministério Público Federal, na operação Circus Maximus, deflagrada pela Polícia Federal, mostrava que ex-dirigentes do Banco de Brasília, juntamente com empresários, receberam R\$ 40 milhões em propina. Esse dinheiro ilícito, segundo o noticiado, servia para liberar investimentos em empreendimentos imobiliários.

Entre os presos estava justamente o ex Diretor-Presidente do BRB, Vasco Cunha Gonçalves, atualmente licenciado, e os diretores das áreas de serviços e produtos, de recursos de terceiros e financeiro. Além de 14 prisões, os policiais federais cumpriram mandados de busca e apreensão de documentos, aparelhos eletrônicos e telefones celulares no Distrito Federal, Rio de Janeiro, Espírito Santo e em São Paulo.

A matéria do jornal prosseguiu informando que as investigações contaram com a participação de procuradores da força-tarefa da Operação Greenfield e começaram a partir de delações premiadas de executivos da Odebrecht e do doleiro Lúcio Funaro. Ainda segundo a matéria do mais importante diário da Capital da República, os colaboradores da investigação relataram pagamentos de propina a agentes públicos do BRB em troca de aportes de recursos do BRB ou do BRB DTVM — uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, coligada ao banco. De acordo com a matéria publicada pelo Correio Braziliense, o dinheiro também saía de fundos de investimentos administrados pelo BRB. Em seu percurso, a Operação Circus Maximus contou com dados da Operação Lava-Jato no Rio de Janeiro.

Prisão de ex-diretores do BRB

Ah, essa não!!!

Transcrevemos a seguir o trecho final da matéria, que fala sobre irregularidades envolvendo ex-diretores do BRB:

“Um dos fundos investigados foi constituído em 2012 para viabilizar a construção do Trump Hotel, no Rio de Janeiro. O negócio era encabeçado pelos empresários Ricardo Rodrigues, Arthur Soares Filhos e Paulo Figueiredo Filho, neto do ex-presidente João Figueiredo. A empreitada entrou na mira dos procuradores da Operação Greenfield em 2016, depois de receber aportes do fundo de pensão Serpros.

De acordo com o MPF, as irregularidades envolvendo o BRB começaram em 2014. No caso do fundo que financiou o projeto Praça Capital, no SIA. ‘As provas indicam que se formou uma estrutura verdadeira organização criminosa ainda hoje em atuação no Banco de Brasília e nas Instituições de regime de previdência (RPPS), que, aliada a empresários que sobreprecificam e multiplicam seus investimentos, são deletérios ao sistema financeiro nacional e a ética nos negócios bancários, em especial bancos públicos’, acrescentou o magistrado, na decisão em que determinou a prisão de 14 acusados.

Em nota, o BRB informou que ‘apoia e coopera integralmente com todos os órgãos competentes que conduzem a operação’. A instituição garantiu ainda que adotará todas as medidas judiciais cabíveis visando preservar o banco e suas empresas controladas”.

Nesta edição especial do AFAzeres, expressamos nosso repúdio à corrupção e esperamos que a Justiça consiga penalizar os verdadeiros culpados.

Documento 1

AFABRB solicitou à Regius melhoria de benefícios para os aposentados

Parte dos associados, insatisfeita com o Fundo de Previdência da Regius, solicitou ajuda da AFABRB no sentido de tentar mediar um reajuste no valor dos benefícios, alegando que “pagamos muito e recebemos pouco”. Diante de argumentações aparentemente pertinentes dos associados, a AFA manteve encontros com diretores da Regius, levando tais postulações para serem apreciadas no âmbito daquela Fundação.

No documento formal apresentado à Regius, reivindicando o aumento do valor dos benefícios pagos aos assistidos, a Associação ressaltou que em 2012 todos os contribuintes foram compelidos a assumir um déficit pelo qual não tinham culpa, culminando numa “contribuição extraordinária” que perdura *ad eternum*. Diante desses e de outros argumentos, a AFABRB, a fim de embasar esforços e trabalhos para mudanças em prol dos assistidos do Plano BD1, apresentou as seguintes sugestões:

- 1) Retirada definitiva da Contribuição Extraordinária;
- 2) Substituição do índice de correção anual (IPCA x IPC, entre outros).
- 3) Perenidade de todos os recursos do fundo, observando-se, contudo, a possibilidade de pequenas retiradas orçamentárias para incrementar o benefício, com garantia de sustentabilidade.

O documento da Associação, contendo duas páginas com argumentos e reivindicações, foi protocolado junto à Regius no dia 14 de novembro de 2018. Embora, desta vez, as melhorias solicitadas não tenham sido atendidas, o esforço da AFABRB teve o reconhecimento dos associados, muitos dos quais se manifestaram em redes sociais elogiando a intermediação, como o expressado pela colega Katia Bessa, via seu perfil no Facebook:

“Hoje, eu e alguns aposentados, nos reunimos com alguns diretores da AFA. Além de competentes, se mostraram muito comprometidos, em todos esses anos. É com esse tipo de pessoas, que sentem o todo como parte, e que trabalham para servir, oferecendo seu melhor, que me orgulho de ter vestido a camisa BRB, realmente fomos uma família”.

À
REGIUS- SOCIEDADE CIVIL DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
NESTA

Prezados Senhores,

Ref.: BENEFÍCIOS PAGOS PELA REGIUS

Esta Associação tem recebido, por parte de alguns associados, questionamentos relativos aos benefícios pagos pela Regius. Na visão de todos que nos procuram existem discrepâncias entre as contribuições vertidas para o **Fundo de pensão** e valor total do benefício mensal recebido pelo participante. “Pagamos muito e ganhamos pouco”, é a alegação que mais ouvimos.

Em suas ponderações, registram o inconformismo com o cálculo do benefício, realizado no seu nascedouro, à época da aposentadoria efetivada, o que repercutiu na realidade atual. Afirmam, às vezes, sentirem-se desamparados pelo **Fundo**, mesmo entendendo que são muitos os assistidos - e isso dificultaria uma eventual revisão dos benefícios.

Na visão de muitos, a má administração dos recursos e do patrimônio da Regius, em gestões passadas, acarretaram déficits que prejudicaram os direitos do participante, dissipando esperanças de possíveis reajustes dos benefícios, além dos índices de inflação, os quais têm sido muito precários. Neste contexto reivindicatório, ressaltam que, de certa forma, rompeu-se o pilar do mutualismo sacramentado, porquanto os participantes vêm arcando com o esforço para as regularizações cabíveis. Fazendo alusão a administrações passadas, alegam, ainda, que não se conhece punição/atribuição de responsabilidade por conta das más gestões ou mau uso dos recursos da Fundação (más aplicações, maus investimentos etc.).

Em 2012, os assistidos foram compelidos a assumir um déficit para o qual não contribuíram, culminando numa **CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA**, que perdura *ad eternum*. Dizem que tal procedimento configura um tratamento imposto ao assistido, já apenado pelas contribuições normais, sendo que a AFA

poderia propor, em nome de seus filiados, que a REGIUS faça um estudo que possa reverter essa situação, ou amenizá-la. Naturalmente, quando se forma um **fundo de pensão**, são considerados, em primeiro lugar, os indivíduos participantes, componentes do consórcio que vise ao bem estar no futuro (no final de suas vidas). Nesta visão, o patrimônio consolidado, os recursos voláteis e a performance administrativa são bens imprescindíveis, mas que não devem superar a preferência pelo ser humano!

Diante de tais considerações, para embasar esforços e trabalho para mudanças em prol dos assistidos do Plano BD1, apresentam-se sugestões:

- retirada definitiva da Contribuição Extraordinária
- substituição do índice de correção anual (IPCA x IPC, outros...)
- perenidade de todos os recursos do fundo, observando-se, contudo, a possibilidade de pequenas retiradas orçamentárias para incrementar o benefício, com garantia de sustentabilidade.

O exposto acima representa, na verdade, os argumentos de muitos associados da AFABRB que demandam um posicionamento claro desta Associação perante a nossa Regius, razão pela qual solicitamos que essa Entidade analise a possibilidade de rever os benefícios dos assistidos do Plano BD1, trazendo-os a um patamar mais favorável aos mesmos, porquanto se entende que o Plano esteja em condições de fazer alguma concessão nesse sentido.

Atenciosamente.

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO BRB-BANCO DE
BRASÍLIA S.A. - AFABRB
(LUIZ DE OLIVEIRA - PRESIDENTE)

Documento 2

Regius informa porque não pode pagar melhores benefícios

Após estudar as ponderações manifestadas por associados da AFABRB, que resultaram no documento da Associação solicitando melhoria nos benefícios pagos aos aposentados, representantes da Regius estiveram na sede da AFA no dia 14 de dezembro de 2018, exatamente um

mês depois de receber o pedido de reajuste, para dar a resposta.

Apresentadas as alegações verbais, a Fundação ressaltou oficialmente a impossibilidade de qualquer aumento nos benefícios pagos, entregando à Direção da AFABRB um documento

de três páginas, no qual são detalhados os motivos da negativa.

Para que os associados tenham conhecimento exato das alegações, reproduzimos abaixo e nas duas páginas seguintes o conteúdo fac-símile da resposta da Regius:

CARTA PRESI-2018/053
Brasília/DF, 14 de dezembro de 2018

À
AFABRB – Associação dos Funcionários Aposentados do BRB Banco de Brasília S.A.

Assunto: Melhoria dos Benefícios de Aposentadoria do Plano de Benefícios BD-01.

Ref.: Carta AFABRB – 025/2018, datada de 14/11/2018.

Senhor Presidente,

Pela missiva em referência foram apresentadas sugestões quanto à administração do Plano de Benefícios indigitado em assunto, nos seguintes termos:

- “retirada definitiva da Contribuição Extraordinária”
- “Substituição do índice de correção anual (IPCA X IPC, outros...)”
- “Perenidade de todos os recursos do fundo, observando-se, contudo, a possibilidade de pequenas retiradas orçamentárias para incrementar o benefício, com garantia de sustentabilidade.”

De início agradecemos as sugestões e preocupações empreendidas, especialmente aquelas externadas pelos assistidos, por serem estes o nosso principal objetivo de proteção social.

Passamos por momentos conturbados na gestão dos recursos garantidores, especialmente por instabilidades do cenário econômico e por situações específicas da modelagem de capitalização, formação de reservas garantidoras e concessão dos benefícios na concepção do Plano de Benefícios BD-01. Por estas razões, a Entidade, no cumprimento do seu dever legal, foi obrigada a promover plano de equacionamento de déficit, no qual se instituiu a contribuição extraordinária para os participantes, assistidos e patrocinadores, bem assim promoveu a alteração do salário de contribuição dali em diante, o que atingiu apenas os participantes ativos.

Assim, é importante que seja entendido que o equacionamento do déficit foi uma medida necessária que atingiu a todos os vinculados ao Plano de Benefícios BD-01, em obediência ao princípio do mutualismo. Os atos empreendidos ocorreram na medida certa da necessidade, preservando, especialmente, o pagamento dos benefícios contratados.

Neste sentido, cumpre-nos informar que o plano de equacionamento de déficit, na forma em que aprovada pelo órgão de fiscalização (Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC), vem sendo aplicado regularmente, tendo havido apenas um questionamento em processo perante o Poder Judiciário, o qual teve perícia judicial confirmando a assertividade da medida, o que foi refletida em decisões de 1º e 2º instâncias favoráveis à REGIUS, confirmando, assim, a lisura, coerência e legalidade do equacionamento do déficit.

Postos estes esclarecimentos, passamos a tratar as sugestões havidas, especificamente.

1



2

3

Das Contribuições Extraordinárias

Relativamente à sugestão de retirada da contribuição extraordinária do Plano BD-01, é importante salientar que esta foi implantada em 2012, como medida de equilíbrio econômico, financeiro e atuarial do plano de benefícios que se encontrava em situação de déficit e caminhando para a insolvência, caso não fossem tomadas providências sobre o tema.

A implantação da contribuição extraordinária, como dito, seguiu todos os trâmites legais previstos naquela época, sendo muito importante para a manutenção do atual equilíbrio. As ditas contribuições representam algo em torno de **R\$ 134 milhões** das provisões matemáticas atuais do Plano de benefícios BD-01, sendo que cerca de metade desse montante deverá ser vertida por contribuições extraordinárias futuras de responsabilidade do patrocinador-fundador - BRB - Banco de Brasília S/A e a outra metade pelos participantes ativos e inativos.

Não obstante, mesmo reconhecendo a importância da contribuição extraordinária para o equilíbrio do Plano BD-01, incluímos no Planejamento Estratégico da REGIUS uma ação para o ano de 2019, visando a realização de estudo para a verificação da adequação do custeio previdencial, sendo que o resultado será apresentado oportunamente para o conjunto dos participantes e assistidos do Plano de Benefícios BD-01, inclusive para esta AFABRR, em vista de sua representatividade perante os assistidos, como importante vetor para desconstruir entendimentos equivocados que eventualmente surjam.

Assim, contamos com o apoio dessa AFABRR para o entendimento e divulgação das medidas que vêm sendo empreendidas, a fim de salvaguardar a higidez do Plano de Benefícios BD-01.

Do Índice de Correção

Quanto à proposta de substituição do índice de correção anual, é preciso ponderar que o atual índice praticado (Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA) é o mais adequado para a correção dos benefícios, visto que representa a variação de preços tomando como referência um trabalhador assalariado, residente em áreas urbanas, com rendimento mensal compreendido entre 1 a 40 salários-mínimos.

O dito índice de correção monetária abrange os custos com alimentação, habitação, transportes, plano de saúde, remédios, energia, telecomunicações, etc., da faixa salarial dos participantes ativos e dos assistidos do Plano de Benefícios BD-01, com o que está aderente com a massa examinada.

Importante ressaltar que a mudança do indicador de reajustamento dos benefícios foi implantado em 2003, fruto de exaustivos estudos desenvolvidos pela REGIUS. Tal ato representou um significativo avanço para o equilíbrio do Plano, pois permitiu a construção de uma estrutura de ativo (investimentos) perfeitamente "casada" com a estrutura de passivo (benefícios concedidos e a conceder), pois ambos estão submetidos ao mesmo indicador. Tal medida, registre-se, está devidamente alinhada com as melhores práticas de gestão de planos de benefícios constituído na modalidade de benefícios definido, consoante se observa da Resolução CGPAR n. 25/2018.



Regius informa porque não pode pagar melhores benefícios

Desta forma, em vista de inexistirem alterações de ordem econômica ou atuarial que impactem nos estudos que outrora embasaram a adoção do IPCA como índice de referência, resta justificada a sua manutenção.

Incremento dos Benefícios

Quanto à proposta de possibilitar "pequenas retiradas orçamentárias para incrementar o benefício", não há possibilidade de atendimento desse pleito, visto que não há amparo legal ou sustentação financeira para a referida proposta. Tal ato configuraria o "resgate parcial" ou "majoração de benefício sem a correspondente fonte de custeio" o que não é permitido, especialmente, por se tratar de plano de benefícios constituído na modalidade de benefícios definido.

Nesta linha, o incremento dos benefícios somente é possível quando é verificada a reserva especial no Plano de Benefícios, o que não é o caso para o momento, visto que o plano se encontra em situação de equilíbrio.

Conclusão

Por todo o exposto, vimos formalmente apresentar considerações às sugestões apresentadas, a fim de registrar que a Entidade vem trabalhando fortemente para melhorar a *performance* na gestão dos recursos garantidores, a fim de possibilitar a redução do custeio previdencial do Plano de Benefícios BD-01 e para garantir o seu equilíbrio econômico, financeiro e atuarial. O nosso compromisso e objetivo primordial é atingir um nível de recursos garantidores que sejam suficientes para a cobertura dos benefícios contratados.

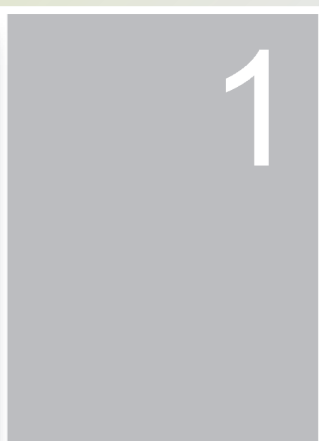
Por fim, agradecemos o contato e ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos, contando com esta estimada AFABRR para disseminar o real conhecimento dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos para a melhoria dos Planos de Benefícios administrados, visando a melhor proteção social dos seus participantes e assistidos.

Sendo o que nos cumpria reportar, subscrevemos.

Atenciosamente,


 Nilza Rodrigues de Moraes
 Diretora-Presidente


 Sandro Soares de Souza
 Diretor de Benefícios e Administração



Regius informa porque não pode pagar melhores benefícios



Família Regiobancária

Abraço simbólico em defesa do BRB

No dia 31 de janeiro de 2019, o Sindicato de Brasília formulou convite para um abraço simbólico no prédio-sede do BRB (Edifício Brasília). A convocação aconteceu no mesmo dia em que a imprensa noticiou as prisões de ex-diretores do Banco. Lembramos muito bem que um grupo de bons colegas, da AFA-BRB, do Sindicato dos Bancários de Brasília, da AEBRB (antigo BRB CLUBE) e empregados do Banco, ainda na vida laboral, diligenciou junto aos candidatos ao Buriti, nas eleições de 2014, persuadindo-os no sentido de que o Banco de Brasília tivesse em sua Presidência um funcionário de carreira da instituição. Isso era importante para o Banco e visto com bons olhos pela comunidade, principalmente o empresário local. Feita a promessa de campanha, o governador Rodrigo Rollemberg honrou tal compromisso, nomeando como Presidente da instituição o colega Vasco Cunha Gonçalves, alcançados pela investigação do Ministério Público Federal, na operação *Circus Maximus*, deflagrada pela Polícia Federal, para apurar denúncias de propina. Lamentável surpresa! Mas não é por causa do desvio de condutas individuais que devemos desistir dessa reivindicação antiga e justa para a carreira regiobancária.

Notícias cruzadas: O jornal *Correio Braziliense*, na mesma edição em que noticiou a prisão dos envolvidos, trazia artigo da colunista Denise Rothenburg relatando a pressão do BNDES sobre o GDF para privatizar CEB e Caesb e o BRB.

Abaixo, transcrevemos o artigo da colunista:

“Em todas as conversas que temido com governadores e secretários estaduais, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, pergunta qual é o portfólio de estatais passíveis de privatização. Em Minas Gerais, por exemplo, se colocou à disposição para auxiliar na venda de

empresas. Nem o Distrito Federal escapou dessa sina.

No encontro com o secretário de Desenvolvimento Econômico do DF, Ruy Coutinho, por exemplo, o assunto era investimentos para infraestrutura, mas Levy fez questão de perguntar se havia uma lista para privatizações. Coutinho não avançou nesse tema. Mas, dentro do BNDES, há quem diga que estão no radar o BRB, a CEB e a Caesb. Ou seja, as joias da coroa. Mas, segundo técnicos do banco de fomento, isso é tema que será discutido futuramente entre Levy e o governador Ibaneis Rocha.”



Preocupados com a avalanche de más notícias e o com o efeito político utilizado para enfraquecer a imagem do BRB como instituição pública séria e de grande relevância para o desenvolvimento do Distrito Federal, centenas de regiobancários

atenderam à convocação feita pelo Sindicato e compareceram ao abraço simbólico, que aconteceu no dia 01/02, com a manifestação de ativos e aposentados. A AFABRB foi representada por um membro de sua Diretoria.

AFABRB comparece à posse do novo Presidente do Banco

O novo Presidente do Banco de Brasília (BRB), Paulo Henrique Costa, tomou posse dia 31 de janeiro de 2019.

Formado em administração de empresas, o novo Presidente tem mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro. Ao tomar posse, ele deixa o cargo de Vice-Presidente de Clientes, Negócios e Transformação Digital da Caixa Econômica Federal – banco em que ele trabalhava desde 2001.

A AFABRB, atendendo a convite oficial para a solenidade de posse, compareceu com toda sua Diretoria Executiva. Na oportunidade, o Sr. Luís de Oliveira, Presidente da Associação, deu boas vindas ao Presidente do Banco, Paulo Henrique Costa, e aproveitou para solicitar um melhor relacionamento com os aposentados do BRB, prin-

cipalmente nas agências bancárias, enfatizando que muitos colegas transferiram suas contas para outros estabelecimentos, em decorrência de indiferenças e maus atendimentos com que eram tratados. Perdura, ainda, alguma discriminação da categoria, por parte de gerentes da instituição, remata o Sr. Luiz de Oliveira, razão por que solicita do novo presidente do Banco maior respeito e certa consideração para com o quadro de inativos.

Frisou, bem, o presidente Paulo Henrique que, por recomendação do governador Ibaneis, irá modernizar e fortalecer o Banco de Brasília, preparando-o para o mercado competitivo local. Prometeu transformar o BRB no principal banco do Centro-Oeste brasileiro, defendendo-o das intempéries adversas, bem assim das eventuais (ou remotas) pressões de privatização.



Nota de Esclarecimento aos Participantes

Esclarecemos que os **Planos CD-02 e CD-05** não possuem investimentos nos fundos *FII SIA Corporate* e *FIP LSH*, investigados na operação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, intitulada “*Circus Maximus*”.

Relativamente ao **BD-01** e ao **CV-03**, informamos que esses Planos possuem investimentos no *FII SIA Corporate*, cujos valores representam, respectivamente, 0,30% e 0,23% da carteira desses Planos. Esses valores estão discriminados nas carteiras de investimentos dos Planos publicados mensalmente no periódico “**REGIUS em Números**”, disponíveis no website da REGIUS (www.regius.org.br).

Importante esclarecer que a decisão de investir no *FII SIA Corporate* ocorreu em maio de 2013, momento anterior às administrações do BRB e BRB-DTVM citadas na operação “*Circus Maximus*”. Informamos ainda, que o imóvel foi construído conforme projetado e entregue ao *Fundo Imobiliário*, regularmente registrado na CVM e na Bolsa de Valores (B3), sendo o aluguel pago normalmente. Durante o período de construção e até 12 meses após o “*habite-se*”, o consórcio responsável pelo empreendimento (*Odebrech X Brasal*) paga, a título de prêmio de locação, o correspondente a 9,5% a.a. de juros sobre o valor integralizado. Esse investimento vêm sendo monitorados conforme determinam os normativos da REGIUS e foram prestadas todas as informações ao órgão fiscalizador competente.

Dúvidas poderão ser esclarecidas por intermédio dos nossos canais de atendimento. (A DIRETORIA - REGIUS)

AFAZERES - Informativo Interno da Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do BRB (AFABRB) - Tiragem: 650 exemplares

Conselho Deliberativo:

Dirival Fernandes Rodrigues – Presidente
 Maria José Bergo Demonte – vice-presidente
 Eduardo Zacarias Neto
 Luiz de Oliveira
 Maria de Lourdes Batista

Conselho Fiscal:

Luiz de França Neto - Presidente
 Eliomar dos Santos Lacerda
 Rute de Jesus Caixeta

Diretoria

Luiz de Oliveira – Presidente
 Germires Félix Dantas – Diretor Administrativo e Financeiro
 Raimundo Nonato Martins – Diretor de Comunicação e Promoção Social
 – Maria de Lourdes Kruchak - Encarregada Administrativa
 – Laura Kruchak Barros - Auxiliar Administrativa)

Diagramação:

Tomaz André da Rocha RP 2829-1993 SRTE/DF - Artefato (61 98534-0500)

Contatos com a AFABRB

SHCS - EQ 314/315, Bloco A - Térreo
 Prédio do Sindicato dos Bancários de Brasília
 Brasília – DF – CEP: 70383-410

Atenção! Funcionamento: de segunda a sexta-feira, das 09 às 18 horas.

Fones: (61) 3245-6876 e 3345-1263

Site: www.afabrb.org / E-mail: afabrb@gmail.com